

A mobilidade académica entre as universidades dos países de língua portuguesa

Cristina Montalvão Sarmento

Secretária-Geral da AULP
e Professora Associada do ISCSP-ULisboa

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2025.48/pp.9-18>

Resumo

A evolução histórica e institucional da mobilidade académica promovida pela Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) é traçada neste artigo, em que se destaca o papel fundamental da Revista Internacional para a Língua Portuguesa (RILP) na difusão do processo de implementação da mobilidade. A partir das origens na década de 1980 e das primeiras reuniões intercontinentais, são examinadas várias fases de desenvolvimento, com destaque para a integração do Brasil e dos países africanos, bem como o impacto de reformas externas. As iniciativas concretas de apoio à cooperação, tais como o PIAPPE e os editais de mobilidade, bem como o lançamento de um programa de mobilidade da AULP, encontraram algumas limitações, designadamente a ausência de financiamento estruturado, dificuldades relacionadas com os vistos, desacordos nos calendários académicos norte-sul e o retrocesso temporário decorrente da pandemia de COVID-19. A conclusão da investigação defende a mobilidade como instrumento de internacionalização e de solidariedade académica, mas a sua eficácia depende da harmonização de graus, do apoio financeiro e a políticas concertadas.

Palavras-chave: AULP; desafios institucionais; internacionalização; mobilidade académica.

Abstract

This article outlines the historical and institutional evolution of academic mobility promoted by the Association of Portuguese Language Universities (AULP), emphasizing the pivotal role of the International Journal for the Portuguese Language (RILP) in disseminating the implementation of mobility. The article examines the genesis of the movement in the 1980s and its subsequent expansion, with a particular focus on the integration of Brazil and African countries, as well as the impact of external reforms. Concrete initiatives to support cooperation, such as PIAPPE and mobility calls for proposals, as well as the launch of an AULP mobility program, encountered some limitations. The primary challenges faced by the participants included the absence of structured funding, visa-related complications, discordances concerning North-South academic calendars, and the temporary setback occasioned by the COVID-19 pandemic. The research suggests that mobility can act as a catalyst for internationalization and academic solidarity. However, the efficacy of this incentive is contingent upon the harmonization of academic programs, financial support, and concerted policies.

Keywords: AULP; institutional challenges; internationalization; academic mobility.

Desde o início da fundação da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) em 1986, a *Revista Internacional de Língua Portuguesa* (RILP) tem sido o veículo da expressão da comunidade científica que se expressa em português, impulsionada pelo movimento associativo universitário dos anos

oitenta e noventa do século XX. Desde 1989, a sua pretensão de divulgação da língua portuguesa, a longevidade e a expressão intercontinental, fazem desta revista um caso único em Portugal, de internacionalização do centro linguístico original para o universo multilateral das culturas associadas, em torno do vetor comum da língua, alheia às vicissitudes políticas que o tempo impôs e os poderes engendraram.

O decurso do tempo determinou a atualização formal e material da RILP, e anda a sua adequação aos temas que interessam às diferentes comunidades científicas que compõem a AULP. Neste número 48 a RILP, mais uma vez, traz a público o produto da interação entre as comunidades do espaço lusófono, incidindo neste caso sobre o programa de mobilidade de estudantes e professores, promovido pela AULP, como é descrito adiante pelas suas responsáveis, Mireia Rodrigo e Pandora Guimarães que descrevem o projeto e apresentam os resultados.

No entanto, importa lembrar, que a Associação das Universidades de Língua Portuguesa, AULP, reuniu pela primeira vez em Lisboa em 1988 sob o tema: «Os Problemas da Língua e o Conhecimento das Culturas», como resultado natural e pragmático dos dois primeiros anos do esforço associativo da AULP em criar um instrumento de cooperação académica.

Nascida no seio do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, na Cidade da Praia em Cabo Verde, em 1986, a AULP tem no seu primeiro presidente, António Simões Lopes, à data presidente daquele Conselho e Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, um convicto defensor da *«generosidade do motivo que era, tão só, o da cooperação e solidariedade, isto é, o da interação e interajuda, extremamente interessadas em serem ‘desinteressadas’, total e completamente»*, como afirma na abertura do I Encontro da AULP. António Simões Lopes teve um papel determinante na emergência da AULP, assim como na sua manutenção. Assume a presidência entre 1986-1989, enquanto Reitor da Universidade Técnica de Lisboa e posteriormente, após uma presidência proposta mas não concretizada da Universidade Federal do Maranhão durante apenas três meses, reassumirá os destinos da AULP de novo em nome da Universidade Técnica de Lisboa, no seu segundo consulado, no mandato 1993-1996, o que conferirá a estabilidade inicial à AULP.

Implícita esteve a consciência do grau de reconhecimento e influência internacional que as políticas de língua promovem para determinadas línguas ou podem promover para a língua portuguesa. Esta questão traz ainda inerente a atual tese da crescente importância de uma língua como instrumento gerador de poderes, quer ao nível simbólico na construção das identidades, quer ao nível funcional no impacto económico das línguas. Saber em que medida, uma política de língua

ativa e consciente poderá alcançar esse nível de poderes, administrá-los e ampliá-los, terá sido o objetivo dos membros da AULP.

No ano de 2026, a AULP completará quarenta anos de atividade¹. O tempo passado fala por si. Do ponto de vista estritamente académico, os responsáveis pela academia dos diferentes países, desde muito cedo, persentiram que as ligações entre si eram fundamentais para o crescimento de uma comunidade que tinha por matriz a língua comum e conseqüentemente, uma cultura científica de proximidade e difundiram as culturas cruzadas que se fazem sentir.

Na primeira fase, a dinâmica institucional foi promovida por Portugal de forma muito ativa. Tendo criado uma rotina de Encontro anuais, os primeiros realizaram-se no país sede da língua portuguesa. Lisboa (1989), Évora (1990), Estoril (1992) foram locais onde o diálogo inicial e formatação dos moldes, objetivos e modelo associativo, se desenvolveram.

Numa segunda fase, ainda em meados dos anos 90 do século passado o Brasil motiva-se para esta comunidade e o primeiro Encontro fora de terras lusas, realiza-se na cidade do Recife (1995) e no Rio de Janeiro (1997).

E, finalmente, numa terceira fase, no final do século XX, os países africanos apostam na interação, quando em 1999, o Encontro de Maputo pré-anuncia a plena integração dos países africanos que têm como língua oficial o português. Este encontro realizou-se durante a presidência moçambicana, sob a égide do Reitor Brazão Mazula, que em nome da Universidade Eduardo Mondlane, presidia aos destinos da AULP (1999 – 2002). A aposta no tema a “Universidade e Mudança”, numa época histórica de mutação, a que não é alheia a alteração do panorama geopolítico global, após a simbólica queda do muro de Berlim em 1989, que desacelerou as guerras do contexto maior da Guerra Fria, permitindo a plena adesão das universidades africanas.

E se, desde muito cedo, Macau marcou a presença do sudoeste asiático de forma regular e sistemática (1998, 2003, 2006, 2010, 2014, 2021), ao completar trinta anos, o encontro anual da AULP em 2016, realizou-se em Timor-Leste, completando-se deste modo, a rota da lusofonia.

Independentemente das vicissitudes políticas e das variações das diferentes políticas externas que os Estados determinam, a comunidade académica foi-se consolidando e criando laços autónomos nos seus encontros itinerantes.

1. Sarmento, C. (2016) *Mobilidade Académica na CPLP – Uma reflexão sobre o presente, um desafio para o futuro* – Atas do Encontro. Comissão Temática de Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos da CPLP, 11 de março de 2016, Sede da CPLP, Lisboa, p. 22-26. Este primeiro texto, resultante da intervenção oral na Comissão, foi aqui recuperado, para avaliar a evolução na última década.

Podemos também afirmar que as experiências de mobilidade, desde o dealbar do século XX foram, na AULP, um fórum de discussão permanente dirigida para a criação de um espaço lusófono de ensino superior, investigação e conhecimento (Macau, RAEM, 2003; S. Paulo, Brasil, 2004), mas que se concretizaram, no passado, na mobilidade dos responsáveis e das instituições que representam. Ao circularem entre os continentes aprenderam a se reconhecer, aproximaram-se, tendo permitido o conhecimento dos diferentes universos académicos, do seu estágio de evolução, das suas necessidades e das suas diferenças.

É certo que o debate acerca da mobilidade intrainstitucional, num primeiro momento, foi equacionado primeiramente a partir da necessidade de equiparação de graus de ensino. Desde meados dos anos 90 do século passado, se reconheceu que os vários países tinham meios académicos muito distintos e que era preciso encontrar pontes para agregar e tornar possível a própria mobilidade. Este foi um debate que ocupou a AULP (Viseu, Portugal, 2001).

No entanto, na mesma época, Portugal estava simultaneamente envolvido no processo de reforma europeu. Este processo resultante da “Declaração de Bolonha” (1999), visou criar um *Espaço Europeu de Ensino Superior*, coerente, compatível, competitivo e atrativo para estudantes europeus e de países de outras regiões do mundo, focado na transferência internacional de conhecimento e tecnologias e na mobilidade académica. Conhecido por “processo de Bolonha”, esta reforma provocou um hiato de tempo, em que a mobilidade entre os países lusófonos, não só não progrediu, tendo porventura até regredido, entre os países membros da AULP.

Deste modo, quando os vários países da AULP estavam a obter parâmetros de equilíbrio para tornar a mobilidade possível – uma mobilidade efetiva – essa mobilidade foi ferida pelo impulso em termos europeus no que respeita ao desenho das licenciaturas, mestrados e doutoramentos. Complexificando o processo de equiparação de graus. No entanto, isso não significou que a mobilidade não se efetuasse.

De facto, a mobilidade ocorreu, em escala exígua, mas com resultados significativos. São exemplos restritos, mas reprodutores. A AULP como estrutura multilateral, criou, nessa data, um sistema de bolsas que permitiram a mobilidade avulsa, ainda que dispersa, da qual resultaram possibilidades de elevação de conhecimento, de mestres e doutores, tendo alguns dos bolseiros AULP atingido lugares de topo no âmbito da educação, ciência e tecnologia, em particular em alguns países africanos de menores recursos, como em Cabo Verde.

Esta linha de atuação, dos anos 90, permitiu reconhecer, por parte de todos os envolvidos, que seria difícil criar uma base multilateral de mobilidade para obter

a internacionalização intrainstituições do espaço lusófono que fosse equitativa e não unidirecional. A discrepância entre os vários sistemas de ensino superior entre os países lusófonos, a aproximação europeia e a existência de dois subsistemas de ensino superior público no caso português também não facilitaram a tarefa. Sempre se diga ainda, que havia dificuldades acrescidas pelo facto de em vários países africanos, muitos dirigentes do ensino superior público terem sido superiormente educados em países da esfera da ex-URSS, que investiu nos recursos humanos de forma sábia, mas afastou, ainda que temporariamente, as consciências dos líderes sobre os diferentes modelos de ensino vigentes em língua portuguesa.

Finamente, em 2010, com o impulso do Brasil, sob a Presidência do Reitor da Universidade de Minas Gerais (UFMG), Campolina Dinis, a partir de um memorando de entendimento entre a AULP e a Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento para o Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Brasil foram abertos sucessivos editais para um *Programa Internacional de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Extensão entre instituições superiores de ensino e pesquisa de países ou regiões lusófonas* (PIAPPE), que deu origem à primeira colaboração multilateral estimulando o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, entre universidades do Brasil, dos Países Africanos de Língua Portuguesa e de Timor-Leste, beneficiando de um amplo orçamento.

Logo na primeira edição foram aprovados 45 projetos de investigação. Numa segunda edição, que terminou no final de 2013, foram aprovados 23 projetos de mobilidade. Destes projetos, 11 são de iniciativa de Moçambique, 7 de Cabo Verde, 4 de Angola e 1 de Timor. A verba envolvida contabilizou um investimento de aproximadamente 3 milhões de reais, ou seja, cerca de 1 milhão de euros.

No entanto, o programa apenas se destinou a mobilidades de graduados e pós-graduados e ficou dependente da vontade política do país seu impulsionador, não tendo tido continuidade após aqueles editais. Os resultados seriam apresentados no encontro na Universidade de Campinas (UNICAMP) em 2017.

Pelo que o debate na AULP se manteve ainda muito focado em dois níveis de preocupações: a equiparação dos graus e um regime de avaliação de qualidade do ensino nos diversos países que permitisse a internacionalização da educação superior.

Para a UNESCO (2009), a internacionalização da educação superior não se deve resumir à cooperação internacional estabelecida entre países, devendo ser vista como a inserção de uma dimensão internacional ou intercultural em todos os aspetos da educação e da investigação.

Também a Comunidade dos Países de língua portuguesa (CPLP), através dos ministros da Educação, subscreveu a Declaração de Fortaleza (Brasil), em 2004,

seguido da Declaração de Maputo, numa estratégia de criação de um espaço lusófono do ensino superior, ciência e investigação, tendo em vista a definição de condições para o desenvolvimento sustentável e para a internacionalização dos seus sistemas de ensino superior.

Múltiplas vias foram tentadas. Muito equacionada foi a possibilidade de criar redes virtuais, que se manteve no horizonte político, tendo esses projetos colidido com a diferenciação da capacitação tecnológica e cobertura territorial, de alguns dos parceiros (Universidade em Rede, Cidade da Praia, Cabo Verde, 2015), projetos bloqueados pela falta de recursos para implementar a estratégia.

Finalmente, a partir da primeira década do século XXI, a AULP concentra-se na procura de novos modelos de cooperação a que dedica dois dos seus encontros (Bragança, Portugal 2011; Belo Horizonte, Brasil, 2013). No entanto, em Campinas, Brasil, em 2017 o encontro anual foi abundantemente preenchido pelos resultados das investigações conjuntas dos trabalhos de campo que o intercâmbio do PIAPPE dos anos 2010-2012 gerara.

Esta experiência com resultados extremamente positivos, que cumpria o objetivo da colaboração multilateral entre as universidades dos países de língua portuguesa através de múltiplas atividades, fez germinar a intenção de estender a mobilidade num modelo gestor *bottom-up* (de baixo para cima) que dá a voz aos participantes, em vez da abordagem de gestão *top-down* (de cima para baixo) em que as decisões são feitas somente pela liderança institucional.

Usava-se o modelo do programa Erasmus Europeu, pela experiência que fornecia, uma vez que se reconhecia que tinha sido a dinâmica e a exigência estudantil que tinha dado impulso ao sistema de equilíbrio de créditos intrainstituições europeias, pese embora não existissem meios de apoio financeiro para o desenvolvimento de um projeto similar no espaço lusófono.

O Conselho de Administração da AULP decidiu então promover um programa de mobilidade em que, cada instituição membro que aderisse, receberia dois estudantes gratuitamente (sem pagamento de propinas, com alojamento e facilidades de alimentação) durante um semestre, de qualquer outra instituição da rede de instituições AULP.

Em 2019, tinham já aderido mais de 70 instituições da rede da AULP e no mesmo ano, iniciava-se, sem financiamento em espécie de qualquer entidade externa, o programa de mobilidade estudantil. Foi criada uma plataforma digital para as candidaturas e o processo foi aberto, apesar da interrupção abrupta que se fez sentir com os efeitos da paragem coletiva que a pandemia do vírus SARS COV-2 (COVID 19) provocou após ter sido identificado pela primeira vez em janeiro de 2020.

Embora timidamente o programa tem funcionado com enorme regularidade desde então, cerca de quarenta a cinquenta estudantes por ano, movimentam-se entre as instituições da rede AULP.

Com dificuldades, é certo. Vistos, viagens, variações culturais e as diferenças de início de ano letivo entre o hemisfério sul e norte, criam entropias já analisadas por vários autores (Sá *et all*, 2023) mas a vontade dos estudantes e o apoio institucional da AULP, tem dinamizado o programa, que pode ser consultado em: <https://mobilidade.aulp.org/> sempre se diga que o acordo sobre mobilidade nos países CPLP, tendente a facilitar os vistos que entrou em vigor em 2022, ainda não gerou os resultados esperados.

O sucesso, o modelo e o seu real funcionamento chamaram a atenção de diferentes instituições nacionais, pelo lado português o Camões, I.P. em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian e a CPLP, deram origem ao projeto que a AULP implementou a partir do programa *PROCULTURA*, financiado pela União Europeia.

De acordo com os artigos apresentados neste número da RILP, o cruzamento das culturas que neles se lê, justifica o interesse que a AULP tem demonstrado no debate sobre as culturas em presença no espaço lusófono (Lubango, Angola, 2018; Lisboa, Portugal, 2019) e na consciência da necessária multilateralidade equitativa entre os seus membros.

Concluindo, uma das estratégias do ensino superior defendida pela UNESCO como forma solidária de inserção dos países num contexto global e de benefícios mútuos, é a da internacionalização. Entre as múltiplas modalidades possíveis de serem desempenhadas, incluem-se as atividades realizadas entre e por instituições de ensino superior (IES) que implicam a criação de redes ou associações e colaborações no âmbito da política e da gestão institucional e que impulsionam a internacionalização, entre elas a mobilidade e intercâmbio de estudantes e professores, a colaboração para o ensino e a investigação, a qualidade académica, a cooperação e assistência para o desenvolvimento regional e institucional, o desenvolvimento curricular, a diversificação das fontes de receitas e o aumento de transferência do conhecimento científico e tecnológico (Siufi, 2007).

A internacionalização é um fenómeno conhecido sobretudo desde a Segunda Guerra Mundial, quando os países da Europa definiram acordos de assistência técnica, cultural, científica e de mobilidade e bolsas estudantis para o seu desenvolvimento, embora as universidades criadas na Idade Média já estimulassem a mobilidade de professores e estudantes.

A internacionalização tem vindo a ganhar relevância no ensino superior (Knight, J., 2005). A crescente integração, ou pelo menos cooperação intensifi-

cada a nível regional, a disseminação rápida e capacidade de processamento da informação, a sociedade do conhecimento, a par da necessidade de superar carências de formação induz, por um lado, instituições e países a definir estratégias de captação de estudantes internacionais e ganhar escala em termos de aproveitamento de infraestruturas e recursos e, por outro, países com necessidades específicas de formação superior a enviar os seus estudantes para essas instituições e países (Lucas *et all*, 2004).

A conceção do conhecimento como elemento fundamental para o desenvolvimento das sociedades é também uma forma de contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) (United Nations, 2000) e para a agenda para o desenvolvimento sustentável (SGDs, United Nations, 2015). Também a AULP, na sua maioria, vem acompanhando os diferentes desafios que se colocam às sociedades, seja na área da saúde (Coimbra, Portugal, 2022), nos modelos económicos (Ambiente e Economia Azul, S. Tomé e Príncipe, 2023), nas migrações (Rio de Janeiro, 2024) ou na gestão das alterações climáticas (Beira, Moçambique, 2025).

A União Europeia (EU, 2014) por sua vez, identifica a correlação existente entre a maior facilidade de integrar o mercado de trabalho e o facto de os diplomados terem frequentado programas de mobilidade.

Anualmente os relatórios dos *Global Education Meeting*, da UNESCO desde 2018, que identificam os elementos tratados na cimeira do futuro e que constam no *Pact for the Future, Global Digital Compact and Declaration on Future Generations* (United Nations, 2024), que na sua ação 28, na alínea c) nos compromete a todos a (...) *Incentivar a mobilidade e a circulação de talentos, inclusive por meio de programas educacionais, e apoiar os países em desenvolvimento a reter talentos e evitar a fuga de cérebros, proporcionando condições e oportunidades adequadas de educação e trabalho* (...). Assim também está comprometida a AULP, renovando-se sucessivamente para encarar os desafios da realidade sua contemporânea.

Referências

Acordo sobre mobilidade nos países CPLP (2022). Disponível em: <https://embaixadadecaboverde.pt/noticias/-/blogs/acordo-sobre-a-mobilidade-nos-estadosmembros-da-cplp>. Acesso em 9 dezembro 2025.

Declaração de Bolonha (1999). Disponível em https://chea.info/media.chea.info/file/Ministerial_conferences/05/3/1999_Bologna_Declaration_Portuguese_553053.pdf. Acesso em 9 dezembro 2025.

Declaração de Fortaleza (2004). Declaração dos ministros responsáveis pelo ensino superior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em <https://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/redes/educ/DECLARACAODEFORTALEZA.pdf>Acesso em 11 dezembro 2025.

Declaração de Maputo (2004). Sobre o Espaço de Ciência e Tecnologia da CPLP. Disponível em: <https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=4616&Action=1&NewsId=4146&M=NewsV2&PID=11402>. Acesso em 11 de dezembro de 2025.

Declaração do Milénio (2000). Nações Unidas. disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/declaracao-do-milenio>. Acesso em 10 de dezembro de 2025.

European Union (2014). *The Erasmus Impact Study. Effects of mobility on the skills and employability of students and the internationalization of higher education institutions*. Luxemburg: European Union. Disponível em: <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/eche/the-erasmus-impact-study-effects-of-mobility-on-the-skills-and-employability-of-students-and-the-internationalisation-of-higher-education-institutions>. Acesso em 11 de dezembro de 2025.

Lucas, R.; Rego, C; Ramos, I.J.; Carvalho, M.L.S. (2014) *Ensino Superior e Mobilidade de Estudantes da CPLP em Portugal. Uma Estratégia de Internacionalização?* Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, 4.^a Conferência, Universidade Agostinho Neto, Luanda e Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Lubango, 19-21 Novembro 2014. Disponível em: https://eventos.aforges.org/wp-content/uploads/sites/63/sites/64/2023/05/22-MLucas_et_all_Ensino-Superior-e-Mobilidade-de-estudantes-da-CPLP.pdf. Acesso em 10 de dezembro 2025.

Knight, J., (2005). “An internationalization model: Responding to new realities and challenges”, In: De Wit, Hans et al. *Internationalization of Higher Education in Latin America: The International Dimension*. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/857841468091483395/pdf/343530PAPER0LA101OFFICIAL0USE0ONLY1.pdf>. Acesso em 9 de dezembro de 2025.

Sá, M.H.; Pinto, Paul Feytor, Pinto, S. (2023) *Mobilidade internacional de estudantes do ensino superior na CPLP: questões de língua e cultura*, Paris, Peter Lang Editions.

Sarmiento, C. M. (2016) *Mobilidade Académica na CPLP – Uma reflexão sobre o presente, um desafio para o futuro* – Atas do Encontro. Comissão Temática de Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos da CPLP, 11 de março de 2016, Sede da CPLP, Lisboa, p. 22-26. Disponível em: https://csct.cplp.org/media/ed5innyu/mobilidade-af-lr_versao-final.pdf, Acesso em 10 dezembro 2025.

Siufí, G. (2009). “Cooperación internacional e internacionalización da la Educación Superior”. Biblioteca digital UNESCO. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000186780>. Acesso em 2 dezembro 2025.

UNESCO. (2009). Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. Disponível em <https://www.feevale.br/Comum/midias/646f3952-c261-4e13-9aae-83c2b99e5c7c/Vers%C3%A3o%20em%20Portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em 2 dezembro 2025.

United Nations (2015) *Agenda para o Desenvolvimento Sustentável – SGDs2030* (United Nations, 2015). Disponível em <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em 9 dezembro 2025.

United Nations (2024) *Pact for the Future, Global Digital Compact and Declaration on Future Generations*. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sotf-pact_for_the_future_adopted.pdf. Acesso em 2 dezembro 2025.